

## PORTARIA Nº 1.234, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.006079/2011-28, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o artigo 54, §1º, II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SONAT ISIL IYIKAHVECI, de nacionalidade turca, filha de Zeynel Abidin Iyikahveci e Fazilet Iyikahveci, nascida em Gaziantep, na República da Turquia, em 22 de julho de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

## PORTARIA Nº 1.235, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.019068/2017-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LUIS ANTONIO MENDOZA SUAREZ, de nacionalidade boliviana, filho de Onofre Mendoza e Marta Suarez, nascido em Santa Cruz de la Sierra, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 9 de maio de 1968, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

## PORTARIA Nº 1.236, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011807/2010-71, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JONNA RAMOS PINEDA, de nacionalidade filipina, filha de Renato Pineda e de Lolita Ramos, nascida na República das Filipinas, em 9 de dezembro 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

## PORTARIA Nº 1.237, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011021/2016-49, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BENVINDO OKONDJI, de nacionalidade angolana, filho de Miguel Kitangua e Maria Mussungi, nascido em Moxico, na República de Angola, em 29 de maio de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

## ANEXO I

Quadro de Aferição dos Valores a Serem Repassados aos Entes da Federação e das Despesas do DEPEN

Resultado Primário	Ação (desc.)	Localizador (desc.)	Grupo- natureza de despesa	Dotação- Soma de Autorizado	Soma de Empenhado	DESPESAS DO DEPEN	Emendas Parlamentares	BASE DE CÁLCULO PARA REPASSE AOS ENTES FEDERATIVOS
2 - Primária discricionária	10M1 - Construção e Aparelhamento da Quinta Penitenciária Federal	5664 - Em Brasília - DF	4 - Investimentos	R\$ 17.000.000,00	R\$ 5.430.087,76	R\$ 17.000.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 224.610.000,00	R\$ 89.060.157,85	R\$ 89.060.157,85		R\$ 135.549.842,15
2 - Primária discricionária	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R\$ 482.210.649,00	R\$ 138.804.073,18	R\$ 153.804.073,18		R\$ 328.406.575,82
2 - Primária discricionária	15F7 - Construção da Escola Nacional de Serviços Penais / Sede do DEPEN	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R\$ 8.500.000,00	-	R\$ 8.500.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	15OF - Construção da Penitenciária Federal em Itajaí/SC	4535 - No Município de Itajaí - SC	4 - Investimentos	R\$ 40.000.000,00	-	R\$ 40.000.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	15OG - Construção da Penitenciária Federal em Iranduba - AM	0201 - No Município de Iranduba - AM	4 - Investimentos	R\$ 40.000.000,00	-	R\$ 40.000.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	15OH - Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas - RS	4806 - No Município de Charqueadas - RS	4 - Investimentos	R\$ 40.000.000,00	-	R\$ 40.000.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	15OI - Construção da Penitenciária Federal em Montes Claros/MG	2842 - No Município de Montes Claros - MG	4 - Investimentos	R\$ 40.000.000,00	-	R\$ 40.000.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	15OJ - Construção da Penitenciária Federal em Santa Leopoldina/ES	3257 - No Município de Santa Leopoldina - ES	4 - Investimentos	R\$ 40.000.000,00	-	R\$ 40.000.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	2000 - Administração da Unidade	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 39.100.000,00	R\$ 19.353.380,95	R\$ 39.100.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	2000 - Administração da Unidade	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R\$ 500.000,00	-	R\$ 400.000,00		R\$ 100.000,00
2 - Primária discricionária	20UG - Promoção da Cidadania, Alternativas Penais e Controle Social	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 190.034.721,00	R\$ 18.729.853,22	R\$ 63.531.395,97		R\$ 126.503.325,03
2 - Primária discricionária	20UG - Promoção da Cidadania, Alternativas Penais e Controle Social	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R\$ 154.440.257,00	RS -	RS -		R\$ 154.440.257,00
2 - Primária discricionária	20UH - Capacitação e Qualificação em Serviços Penais	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 20.423.000,00	R\$ 7.213.263,01	R\$ 20.423.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	20UH - Capacitação e Qualificação em Serviços Penais	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R\$ 100.000,00	R\$ 53.063,00	R\$ 100.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	20WS - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 80.100.000,00	R\$ 47.598.904,88	R\$ 80.100.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	20WS - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R\$ 79.500.000,00	R\$ 3.332.630,58	R\$ 79.500.000,00		RS -
2 - Primária discricionária	217T - Racionalização e Modernização do Sistema Penal	0001 - Nacional	3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 110.000.000,00	-			R\$ 110.000.000,00
2 - Primária discricionária	217T - Racionalização e Modernização do Sistema Penal	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R\$ 20.000.000,00	-			R\$ 20.000.000,00
2 - Primária discricionária	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	0001 - Nacional	4 - Investimentos	R\$ 1.000.000,00	-		R\$ 1.000.000,00	RS -
6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	0016 - No Estado do Amapá	4 - Investimentos	R\$ 300.000,00	-		R\$ 300.000,00	RS -

## PORTARIA Nº 1.238, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.003290/2016-31, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MELISA VANESSA LA ROSA EDMONDSON, de nacionalidade venezuelana, filha de Carlos Lester La Rosa e de Patricia Mirna Edmondson, nascida em Ciudad Bolívar, na Venezuela, em 31 de agosto de 1994, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

## PORTARIA Nº 1.241, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo I da Portaria 1.186, de 20 de dezembro de 2017, que define o Quadro de Aferição dos Valores a serem repassados aos entes da federação e das despesas do DEPEN.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, no Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994, e no Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo I - Quadro de Aferição dos Valores a Serem Repassados aos Entes da Federação e das Despesas do DEPEN, da Portaria nº 1.186 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 20 de dezembro de 2017, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM



6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	0031 - No Estado de Minas Gerais	4 - Investimentos	R\$ 750.000,00	-	R\$ 750.000,00	RS -	
6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	1436 - No Município de João Pessoa - PB	4 - Investimentos	R\$ 100.000,00	-	R\$ 100.000,00	RS -	
6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	3176 - No Município de Varginha - MG	4 - Investimentos	R\$ 200.000,00	-	R\$ 200.000,00	RS -	
7 - Emendas de Bancada Impositiva	155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal	7024 - No Município de Itaquianga - PE (Construção e Ampliação do Sistema Prisional - Itaquianga PE)	4 - Investimentos	R\$ 60.000.000,00	-	R\$ 60.000.000,00	RS -	
Total Geral				R\$ 1.688.868.627,00	R\$ 329.575.414,43	R\$ 751.518.627,00	R\$ 62.350.000,00	R\$ 875.000.000,00

**DESPACHO Nº 862, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017**

Processo nº: 08240.014954/2011-40. Interessado: Moises Roberto Boyer Riobueno. Assunto: Recurso em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Despacho nº 84/2017/CONARE Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ, e no Parecer nº 3/2017/CONARE Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ. INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio MOISES ROBERTO BOYER RIOBUENO, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

TORQUATO JARDIM

**CONSELHO ADMINISTRATIVO  
DE DEFESA ECONÔMICA  
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL**

**DESPACHOS DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017**

Nº 1.880 - Ato de Concentração nº 08700.007923/2017-63. Requerentes: Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. Decido pelo não conhecimento da operação.

Nº 1.882 - Ato de Concentração nº 08700.007934/2017-43. Requerentes: Multilog S.A. e Elog S.A. Advogados: Guilherme Ribas, Enrico Romanielo, Paola Pugliese, Fabianna Morselli, Marco Antonio Fonseca Júnior e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO  
Substituto

**DESPACHO Nº 1.883, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017**

Ato de Concentração nº 08700.006606/2017-20. Requerentes: Safran S.A. e Zodiac Aerospace S.A. Advogados: Amadeu Ribeiro, Barbara Rosenberg e outros. Acolho o Parecer nº 23/2017/CGAA/SGA1/SG, de 26 de dezembro de 2017 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive com sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

KENYS MENEZES MACHADO  
Substituto

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL  
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

**ALVARÁ Nº 6.540, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83755 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.328.205/0001-30, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente PROEVI PROTECAO ESPECIAL DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 58.005.513/0010-66:

54 (cinquenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 6.554, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95553 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOTAL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.088.000/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2573/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 6.587, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99961 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANDORINHA SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº 44.480.747/0001-60 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 6.588, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99960 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CITHO GESTÃO DE CONDOMINIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 22.698.684/0001-80 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 6.613, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/88468 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOTAL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.088.000/0002-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 2580/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 6.768, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83730 - DPF/URAMG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUCOCITRICO CUTRALE LTDA, CNPJ nº 61.649.810/0107-16 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2717/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 6.778, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98677 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CEFOR CENTRO DE FORM E ESP EM SEG PRIV LTDA, CNPJ nº 01.173.638/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2714/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 6.808, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/103761 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 82.949.652/0001-31, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
1470 (uma mil e quatrocentas e setenta) Munições calibre 38  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

**ALVARÁ Nº 6.813, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104849 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MDA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 26.718.562/0001-69, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
10 (dez) Revólveres calibre 38  
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA